

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA

PROVA ORAL/MALOTE 3

GRUPO II – DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

QUESTÃO 1

Discorra sobre a adequação ou inadequação constitucional e convencional do delito de desacato.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

11.7 Crimes contra a administração pública.

PADRÃO DE RESPOSTA

Em que pese o Superior Tribunal de Justiça tenha posição consolidada no sentido da convencionalidade e constitucionalidade do delito de desacato, a manutenção do tipo penal no ordenamento jurídico pátrio viola o disposto no art. 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos, que garante a prevalência da liberdade de expressão e exige critérios específicos que justifiquem sua restrição. De igual modo, demonstra que o Brasil está em descompasso com as orientações emanadas da Comissão Americana de Direitos Humanos que, desde 1995, já indicava que as leis que criminalizam o desacato restringem indevidamente a liberdade de expressão e, por isso, não se compatibilizam com o Pacto de São José da Costa Rica.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA

PROVA ORAL/MALOTE 3

GRUPO II – DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

O Ministério Público Federal denunciou determinado assistido da DPU pela prática de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP), tendo argumentado que, na qualidade de sócio-gerente da empresa X, o réu deixara de repassar os valores descontados dos salários dos empregados a título de contribuição previdenciária no período de janeiro/2016 a julho/2016. A defesa alegou inexigibilidade de conduta diversa em razão de dificuldades financeiras da pessoa jurídica, tendo produzido prova testemunhal que confirmou a tese. O juiz refutou o argumento defensivo e condenou o acusado, sob o fundamento de que a excludente de culpabilidade somente poderia ser provada por meio de prova documental.

Analise essa situação à luz do princípio da presunção de inocência e do sistema do livre convencimento motivado.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

9 Prova. Prova e principiologia constitucional do processo penal. Conceito e objeto. Juízo de prova. Prova e cognição. Elementos, meios e instrumentos de prova. Postulação, produção, valoração e valorização probatórias nos diversos procedimentos penais. Provas produzidas por meios ilícitos: hipóteses e consequências. Provas em espécie. Sistemas de apreciação da prova e sua (in)adequação constitucional.

PADRÃO DE RESPOSTA

A decisão judicial não se adequa à sistemática do ônus probatório a partir de sua leitura constitucional à luz do princípio da presunção de inocência. Com efeito, é ônus do órgão acusador provar que o réu praticou o crime em sua tríplice dimensão: fato típico, antijurídico e culpável. Alegada a dificuldade financeira como base fática a atrair a excludente de inexigibilidade de conduta diversa, competia ao órgão acusatório demonstrar a solvência financeira da empresa. Ainda que assim não se entendesse, a defesa provou, por meio de testemunhas, a tese levantada. A exigência de que a demonstração da excludente fosse feita com prova documental infringe o sistema do livre convencimento motivado, pois não há, no plano legal, qualquer supremacia da prova documental sobre a testemunhal, nota que era característica do sistema tarifário de apreciação da prova.